

PARECER JURÍDICO Nº 70/2025

MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 029/2025

SÚMULA: “RECONHECE E INCLUI NA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL A “VICINAL DE LIGAÇÃO” QUE ATUA COMO VIA DE ACESSO E CONEXÃO ENTRE AS ESTRADAS MUNICIPAIS VICINAIS 4ª E 5ª LESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: VEREADORES OSLEN DIAS DOS SANTOS, FRANCISCO AILTON DOS SANTOS, MARCOS ROBERTO MENIN, BERNANDO PATRÍCIO DOS SANTOS E DARLAN TRINDADE CARVALHO.

I- DA CONSULTA E O SEU OBJETO

Senhor Presidente:
Senhores Vereadores:

Foi submetido a esta Secretaria Jurídica para manifestação técnico-jurídica o Projeto de Lei nº 029/2025 de 07 de julho de 2025, de autoria dos Vereadores Oslen Dias dos Santos, Francisco Ailton dos Santos, Marcos Roberto Menin, Bernardo Patrício dos Santos e Darlan Trindade Carvalho, o qual visa reconhecer e incluir na malha viária municipal as estradas municipais vicinais 4ª e 5ª leste, o Projeto de Lei traz em seu bojo o seguinte pronunciamento:

*“(…) **Art. 1º** Fica reconhecida e inclusa na malha viária municipal a via de acesso intitulada “Vicinal de Ligação”, cuja extensão perfaz 2.035,00 metros (dois mil e trinta e cinco metros), estrada rural do município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, que atua como via de acesso e conexão entre as estradas municipais vicinais 4ª Leste e 5ª Leste, conforme coordenadas geográficas que seguem:*

I – Ponto Inicial – 01: Lat. 9°51'16.083"S Long. 55°53'31.726"W;

II - Ponto Final - 02: Lat. 9°51'35.363"S Long. 55°52'27.791"W.

Parágrafo único. Esta estrada constará obrigatoriamente nos mapas viários oficiais a serem elaborados.

Art. 2º O Poder Executivo, através da pasta competente, fará identificação com placa visível aos transeuntes.

Art. 3º Será competência da Prefeitura Municipal de Alta Floresta, Mato Grosso, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, o seguinte:

I – a realização dos serviços de manutenção, recuperação e sinalização da referida estrada;

II – destinar materiais, ferramentas e equipamentos necessários à efetivação do previsto no inciso anterior; e

III – colocar à disposição, pessoal capacitado, suficiente, para realização dos trabalhos necessários na referida estrada.

Art. 4º A inclusão na malha viária de que trata a presente Lei obedecerá aos dispositivos da Lei Municipal nº 336/91 (Define a Faixa de Domínio Público nas Estradas Vicinais do Município).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário (...)."

II- DA JUSTIFICATIVA

O referido projeto visa reconhecer e incluir na malha viária municipal a “vicinal de ligação” que atua como via de acesso e conexão entre as estradas municipais vicinais 4ª e 5ª Leste.

Na Justificativa se destaca necessidade e importância do respectivo projeto, senão vejamos: “(...) Essa via já é utilizada **cotidianamente por produtores rurais, moradores da zona rural e transportadores escolares e de insumos**, configurando-se como um importante corredor de escoamento da produção agropecuária da região. Sua relevância operacional, embora prática e consolidada de fato, ainda não encontra respaldo formal no ordenamento municipal, o que **limita a ação do Poder Público quanto à sua manutenção, sinalização e inclusão em planejamentos oficiais de infraestrutura**. A formalização desta estrada como parte integrante da malha viária municipal permitirá que o Município, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, **atuando dentro da legalidade e planejamento técnico, possa realizar intervenções essenciais** como patrolamento, cascalhamento, instalação de placas de sinalização, e demais serviços necessários à segurança e trafegabilidade da via. Vale destacar ainda que a regularização da “Vicinal de Ligação” nos **mapas oficiais do Município** garantirá sua inclusão em **futuras ações de investimento, programas de mobilidade rural e convênios intergovernamentais**, otimizando recursos públicos e ampliando os benefícios à população rural. Dessa forma, o Projeto de Lei nº 029/2025 representa **medida de justiça administrativa e de racionalidade na gestão da malha viária**, valorizando o acesso rural, fomentando o desenvolvimento econômico local e garantindo direitos básicos de mobilidade e segurança aos cidadãos. Contando com o apoio dos nobres pares, solicitamos a **aprovação desta proposição**, convictos de que ela atende aos interesses públicos e ao desenvolvimento ordenado do município. (...)”.

O presente parecer tem por objetivo analisar a conformidade do Projeto de Lei com a legislação vigente, bem como verificar o atendimento aos requisitos formais e materiais necessários para sua validade.

Após a exposição dos fundamentos e justificativas apresentados na proposta, passa-se à análise jurídica da matéria.

É o sucinto relatório.

Estudada a matéria, passemos a análise jurídica.

III- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

- **Competência Legislativa**

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, se nota a indicação da finalidade a que se destina o Projeto de Lei, atendendo ao disposto na norma regimental.

Isso porque o projeto de Lei visa o reconhecimento e inclusão na malha viária municipal de Alta Floresta/MT da estrada popularmente conhecida como “Vicinal de Ligação”, eis que conecta diretamente as Estradas Municipais Vicinais 4ª Leste e 5ª Leste.

Explica-se que essa estrada rural “vicinal de ligação” é utilizada corriqueiramente por produtores rurais, moradores da zona rural e transportadores escolares e de insumos, contudo, não está consolidada e reconhecida no mapa oficial do Município.

Dessa maneira, a inclusão e o reconhecimento da respectiva estrada rural “vicinal de ligação”, permitirão que o Município, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura possa realizar intervenções essenciais e atue dentro da legalidade e planejamento técnico.

O Município tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local e promover o ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano, conforme preceitua o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988:

Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Nesse mesmo sentido, dispõe a Lei Orgânica do Município que dispõe em seu artigo 18, *in verbis*:

Art. 18 . Compete ao município prover a tudo que respeite ao seu interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, em especial:
I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à criação de datas comemorativas, concessão de honrarias entre outras, em que não hajam implicações vedadas pelo ordenamento jurídico.

Nesse sentido é a doutrina do jurista, Roque Antonio Carraza, em sua obra, Curso de direito constitucional tributário. São Paulo. Malheiros. 19 ed. 2004, p. 158, *in verbis*:

“interesse local” não quer dizer privativo, mas simplesmente local, ou seja, aquele que se refere de forma imediata às necessidades e anseios da esfera municipal, mesmo que, de alguma forma, reflita sobre necessidades gerais do Estado Membro ou do país”.

Percebe-se que o presente projeto de Lei atende ao interesse local, entretanto, necessário tecer comentários acerca do artigo 3º, eis que em sua redação impõe obrigações administrativas e operacionais concretas ao Poder Executivo, com impacto direto no orçamento e na atuação das secretarias municipais. Isso suscita risco de vício de iniciativa e possível inconstitucionalidade formal, conforme entendimento consolidado pelos Tribunais Superiores.

Apesar de o projeto parlamentar buscar reconhecer uma via de fato já existente e consolidada, ao detalhar e impor a execução de serviços públicos específicos (patrolamento, destinação de pessoal, sinalização, insumos, etc.) há extrapolação da competência legislativa dos vereadores.

Isso porque não se limita a reconhecer um fato ou denominar via pública, mas obriga diretamente a Administração Municipal a atuar, o que pode violar a autonomia administrativa do Prefeito, e ainda afetar o planejamento orçamentário e a alocação de recursos públicos, temas de competência exclusiva do Poder Executivo.

Sendo assim, a fim de afastar o vício, sugere-se que o art. 3º seja removido ou possa ser reformulado para conter mera autorização legislativa, sem conteúdo imperativo. Nesse sentido, propõe-se como exemplo de redação alternativa:

Art. 3º (Redação sugerida):

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta, por meio da Secretaria competente, poderá adotar as providências necessárias à manutenção, recuperação e sinalização da referida estrada vicinal, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, bem como o planejamento da pasta.

Portanto, faz-se ressalva ao respectivo artigo, eis que notadamente traz em seu conteúdo uma imposição de dever ao Executivo, fugindo da competência dessa Casa de Leis.

IV- CONCLUSÃO

Diante do exposto e das justificativas apresentadas pelos autores da propositura, ***esta Secretaria Jurídica dá-se por satisfeita, assim, S.M.J., opinamos FAVORAVELMENTE*** à tramitação e votação da presente propositura, devendo seu mérito ser submetido à apreciação do Plenário desta Casa Legislativa, respeitando-se, as formalidades legais e regimentais.

Ademais, como já observado anteriormente, faz-se necessário observar o teor da redação disposta no art. 3º, isso porque traz imposições administrativas e operacionais concretas ao Poder Executivo, causando impacto direto no orçamento e na atuação das secretarias municipais, o que suscita risco de vício de iniciativa e possível inconstitucionalidade formal.

Logo, o parecer jurídico sugere-se que o art. 3º seja removido, ou possa ser reformulado para que conste mera autorização legislativa, sem conteúdo imperativo.

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação, não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis.

Nesta assentada, deve-se salientar que a presente manifestação tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, carreados aos autos do procedimento administrativo em epígrafe.

Portanto, no entendimento dessa Secretaria Jurídica ***é que não há óbice jurídico ou legal à sua aprovação***, cabendo a apreciação do mérito da matéria aos Nobres Edis.

Nesse desiderato e por todo o esposado acima, o posicionamento é no sentido de que o projeto preenche as exigências normativas referentes à matéria para que possa ser implementada, ressalvado tão somente o teor do que dispõe o seu artigo 3º.

Contudo, cabe explicitar que tal parecer ***não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis***, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

O quórum para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis é de maioria simples dos votos da Câmara, conforme preceitua o artigo 174, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT.

Este parecer foi exarado com base nos elementos constantes dos autos em epígrafe até a presente data, podendo ser revista sua fundamentação diante de novos elementos que venham a ser apresentados.

Salvo melhor juízo, esse é o parecer.

Alta Floresta – MT, 07 de julho de 2025.

Lilyan M. da S. Nascimento
OAB/MT 33.646
Secretaria Jurídica

Kathiane C. Borges
OAB/MT 31.082
Secretaria Jurídica